

Famílias e classe dominante: aproximações necessárias para compreensão das desigualdades no Brasil¹.

José Marciano Monteiro².

Quero aqui, primeiramente, agradecer aos organizadores do evento, na pessoa da professora Maria Tarcisa Silva Bega, pelo convite para este *VIII Seminário Nacional de Sociologia & Política*. Estendo também meus agradecimentos aos pesquisadores Ricardo Costa de Oliveira (UFPR), David Cattani (UFRGS) e ao Igor Grill (UFMA), por poder contribuir, nesta manhã, 17 de Maio de 2017, com esta reflexão acerca do tema sugerido para esta Mesa Redonda sobre *Família e Classes Sociais*. Não posso também deixar de agradecer aos que fazem o NEP, nas pessoas de Ana Vanalli e Mônica Goulart, com as quais saúdo também tod@s presentes.

Senhoras e senhores,

A temática das *Famílias e Classes Sociais* no Brasil é sugestiva e desafiadora, principalmente no contexto em que estamos vivendo. Digo isto porque, se por um lado, tivemos expressivos estudos sobre classes sociais e sobre família no Brasil; por outro, ainda, não estão consolidadas no campo científico, que também é um campo de disputas, agendas que encarem a constituição das classes sociais e das frações de classes relacionando-as aos grupos históricos familiares. Bem como são poucos às aproximações entre as pesquisas sobre famílias e sobre classe dominante.

¹ Palestra proferida na Mesa Redonda II – Família e classes sociais, realizada dia 18 de maio de 2017 no VIII Seminário Nacional de Sociologia e Política realizado em Curitiba na UFPR.

² Professor Doutor em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Elites, Famílias e Desigualdades – NEFADE. Email: jm.monteiro17@gmail.com

Senhoras e senhores,

Tenho destacado, por onde passo, que aqui no Paraná, por exemplo, via o Núcleo de Estudos Paranaense – NEP construiu-se, nos últimos anos, uma agenda de pesquisa que tem possibilitado pensar períodos de longa duração a partir das estruturas genealógicas e de poder político e econômico, tendo como objeto às famílias históricas. Ricardo Costa de Oliveira, pesquisador desta instituição, tem sido, portanto, um dos pioneiros desta agenda, com especial relevância para a sua obra o *Silêncio dos Vencedores*. Esta que de silêncio tem se transformado em vozes e inspirados diversos pesquisadores por este país.

Eu, por exemplo, sou um dos que se inspirou no *Silêncio dos Vencedores*, para escrever um texto que resultou no livro “*A Política como Negócio de Família*”, como uma das escritas de denúncia sobre os processos de dominação da classe dominante no Estado da Paraíba.

Assim, senhoras e senhores, a agenda de pesquisa coordenada por Ricardo Costa de Oliveira, junto ao Núcleo de Estudos Paranaenses, tem evidenciado como o poder político no Estado perpassa pelo controle de alguns sobrenomes. Famílias históricas que possuem todo um *habitus de classe* e que não é possível concebê-las sem a relação e a intimidade com o aparelho de Estado. Nestas famílias encontram-se os agentes posicionados nos melhores e mais bem pagos cargos da república. Nelas configuram-se o que poderíamos dizer da elite parlamentar, jurídica, política e midiática do Estado, formando essencialmente, a totalidade da classe dominante.

Esta configuração de poder não se trata de um fenômeno isolado. Típico do Paraná. No meu livro “*A política como negócio de família*”, conforme já citado, demonstrei como dois tipos de capitais tem estruturado o campo política no Estado da Paraíba: o *capital econômico* e *capital político-familiar*. O capital econômico tem exercido força preponderante no que diz respeito ao recrutamento da classe política brasileira. Na Paraíba não seria diferente. Imbricam-se capital econômico com o capital político-familiar. Ou seja, as eleições na Paraíba têm sido decididas a partir e com fundamento em um padrão de dominação. Pertencer a uma das famílias tradicionais possibilita grandes chances de disputar cargos e ganhar pleitos

nos estados. Quase sempre agentes pertencentes a estas famílias, por terem conexões com agentes da classe dominante, também passam a ter maior acesso aos recursos das empresas que financiam as campanhas. Esse padrão de dominação se tornou mais visível quando tratei em um dos capítulos do livro sobre o processo de empresarização da política, ou seja, quando o reino da economia passa a se sobrepor ao reino da política. Esta se torna refém daquela. O capital econômico dá sustentação e possibilita conversões em capitais políticos familiares. O imbricamento e a relação entre estes capitais permitiram entender como 20 (vinte) famílias, aproximadamente, se revesam no poder a mais de séculos. Algumas remontam ao período colonial.

Nesse sentido, Senhoras e Senhores,

por meio da análise das composições estabelecidas entre o capital econômico e o *capital político-familiar*, relacionando família parentesco e classe dominante, tem sido possível decifrar os complexos mecanismos que envolvem as novas formas de associação entre poder local e nacional e entre grupos familiares tradicionais e as formas modernas de organização do poder estatal, mostrando como partidos políticos, lugares de memórias, Tribunal de Contas, Legislativo, Executivo Estadual, Mídia e Escritórios de Advocacia são penetrados pelo domínio material e simbólico de famílias políticas.

Assim afirmo que é possível, por meio de pesquisa que encare a família como variável preponderante, constatar que os principais orçamentos públicos do país estão sobre controle dos agentes pertencentes às históricas famílias. Quase sempre estas famílias constroem expressivo PATRIMÔNIO POLÍTICO E ECONÔMICO, na intimidade com o Estado. Verdadeiros donos daquilo que deveria ser público, as últimas notícias sobre a JBS e a família Neves de Minas gerais tem demonstrado como essas relações estão próxima. Assim, trazer à família e as classes sociais como objeto de análise na sociedade brasileira é desvelar como famílias históricas e agentes posicionados no topo são quase sempre aqueles beneficiados pelo nosso modelo de tributação. Ou seja, aqueles que fazem parte dos 10% mais ricos do país. No Brasil, como se sabe, a excessiva taxação do consumo penaliza, sobretudo, os estratos de baixa renda.

Os impostos e contribuições embutidos nos preços de bens e serviços respondem praticamente por metade da arrecadação nacional. Em contrapartida, a tributação de lucros e ganhos patrimoniais é relativamente baixa³, conforme nos aponta dados do Perfil da Desigualdade e da Injustiça Tributária (2016).

Coletadas nas declarações entregues pelas pessoas físicas no ano de 2016, os números mostram a escandalosa desigualdade brasileira (IPEA, 2016). Os rendimentos dos 10% mais ricos equivalem a 2,4 vezes os dos 50% mais pobres. Os dados contidos no *“Perfil da Desigualdade e da Injustiça Tributária: com base nos Declarantes do Imposto de Renda no Brasil 2007-2013”* (2016), nos informa que aproximadamente 726.725 pessoas, o equivalente a 0,36% da população, ou seja, menos de 1% da população brasileira, controla 45,5% do patrimônio. Estes são indivíduos que têm rendimentos acima de 40 salários mínimos. Os dados revelam uma brutal concentração de riqueza.

Senhoras e senhores,

Acredito que esta concentração se torna ainda maior se agruparmos os indivíduos e relacionarmos às famílias que pertencem.

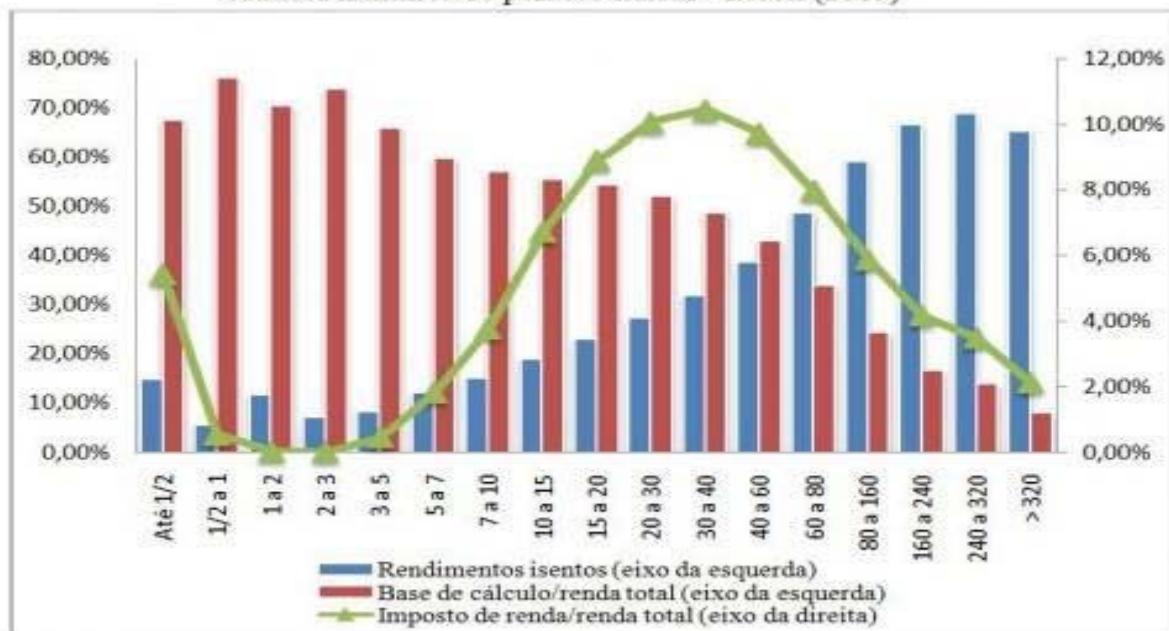
Tenho observado que a razão para esta concentração decorre, em grande sentido, da elevada parcela de rendimentos isentos como lucros e dividendos e as alíquotas reduzidas incidentes sobre a renda do capital (como juros de aplicação financeiros). (IPEA, 2016).

A pesquisa desenvolvida por Piketty (2014), por exemplo, aponta como este fenômeno da concentração de riqueza e o aumento da desigualdade têm sido ampliados no mundo. Como a desigualdade da renda do capital tem sido um problema a ser enfrentado nas democracias

³ De acordo com os dados do Perfil da Desigualdade e da Injustiça Tributária (2016), do montante de 5,8 trilhões de bens de direitos declarados à Receita Federal em 2013, 41,56% eram de propriedade de apenas 726.725 pessoas. Esses indivíduos têm rendimentos acima de 40 salários mínimos. Os dados revelam brutal concentração de riqueza em apenas 0,36% da população brasileira, o que corresponde a 45,54% do PIB do Brasil em 2014. O mais grave é que, se esses bens e direitos, que são fortemente concentrados no Brasil, têm uma baixa tributação, a tributação sobre o patrimônio é irrelevante no país, não alcançando 1,5% do PIB.

contemporâneas. As pesquisas realizadas por Antônio Davi Cattani (2016) também têm evidenciado tal problema, tendo como objeto de análise o Brasil e a América Latina⁴.

Proporção de rendimentos isentos, tributáveis e imposto devido por faixas de salários mínimos de pessoas físicas - Brasil (2013)



FONTE: Receita Federal do Brasil

Este gráfico explicita que a base de rendimentos tributáveis de 2013, a título de exemplificação, passa a cair para os indivíduos que receberam mais de três salários mínimos. Inversamente, é possível também constatar que os rendimentos isentos passam a se elevar a partir dessa faixa.

O pico de isenção de rendimentos em relação à renda é para quem recebeu entre 240 e 320 salários mínimos (R\$ 162.720,00 e R\$ 216.960,00). Ficaram imunes de impostos 68,81% das receitas desses indivíduos. Como consequência, o imposto devido em relação à renda cresce até a faixa de quem recebe de 30 a 40 salários mínimos e depois passa a recuar, conforme explicitado também no gráfico.

⁴ Ver livro: Riqueza e Desigualdades na América Latina, que tem como organizador Antônio David Cattani.

Os rendimentos isentos de 2013 alcançaram R\$ 636,39 bilhões, sendo R\$ 231,30 bilhões referentes a lucros e dividendos distribuídos, enquanto o imposto devido total de todos os declarantes foi de R\$ 115,24 bilhões, ou seja, abaixo do valor dos rendimentos isentos. Cabe destacar que as isenções de dividendos beneficiaram 2,1 milhões de pessoas, dentre elas as 20,9 mil mais ricas do Brasil (0,01%), que possuem patrimônio médio de R\$ 40 milhões e que pagaram de imposto 1,56% de sua renda total.

Nesse sentido, tento estabelecer a relação entre os indivíduos que concentram renda no país e as tradicionais famílias históricas.

Com base em tais dados, Senhores e Senhoras,

Torna-se possível mapear e identificar estas famílias históricas. Para com base neste mapeamento e identificação das posições dos indivíduos pertencentes a estas famílias mensurar o volume de capital e construir as redes nas quais os agentes estão inseridos. Acredito que este mapeamento, identificação e classificação de acordo com a família, possibilita-nos uma chave de explicação para pensar a constituição da classe dominante em nosso país.

Nesta perspectiva poderemos, assim, avançar os estudos e a relação entre família e classe, percebendo os valores, o *habitus* e modo de agir no mundo social, destes agentes pertencentes as tradicionais, novas e poderosas famílias, que concentra riqueza e poder. É possível, portanto, dar corpo a classe dominante. Entendo, assim, os interesses e estratégias de ação da classe. Isto não é possível, a meu ver, sem que situemos o agente no espaço social, a partir do volume de capital e da posição que ocupa. A genealogia e a história do grupo familiar se tornam, portanto, em ferramentas essenciais para pensar a continuidade a classe dominante no decorrer do longo período.

E volto a afirmar, no que tange ao uso da genealogia e na construção das redes e conexões que tem se realizado pelas tradicionais famílias do Brasil, por meio das estratégias de conversão pelos casamentos, apadrinhamentos, dentre outras, Ricardo Oliveira tem sido uma referência fundamental. Ou seja, fazendo uso da genealogia temos conseguido mapear e identificar como agentes pertencentes às tradicionais

famílias, do Brasil colônia, do Brasil império, tem se perpetuado e se reproduzido historicamente no poder. Tem sido possível perceber como famílias que atuam no aparelho de Estado e no mercado – tendo a grande mídia como aliada na construção ideológica – tem exercido estratégias de dominação sobre os desprovidos de capitais, que são aqueles pertencentes aos extratos inferiores, economicamente falando.

Tenho observado como atualmente tem se tornado visível o entrelaçamento de agentes do mercado com agentes do setor público. Os escândalos de corrupção, por exemplo, têm apontado para a forma como o Estado é sugado por agentes que atuam no setor público e no setor privado. A corrupção, nesse sentido, deixa de ser algo específico dos agentes públicos – como sempre quiseram construir alguns pensadores ditos “liberais brasileiros” – e ganha uma nova conotação. Entendê-la necessita situá-la numa perspectiva relacional. Estado imbricando-se com o mercado. Agentes do aparelho do estado que mantém relações com parentes, familiares e amigos que atuam no mercado. Nesse sentido, mercado e estado (Legislativo, Executivo e Judiciário), enquanto instituições modernas imbricam-se formando um todo complexo, que pode melhor, a meu ver, ser explicado, quando identificados os agentes que atuam nestas instituições e as famílias que pertencem.

Produções recentemente têm nos dados chaves para explicar esta relação entre agentes do mercado e agentes públicos, tendo as famílias como centrais à análise sobre a classe dominante. O trabalho de Ricardo Oliveira *O Silêncio dos Vencedores*. A nossa pesquisa recentemente publicada e o trabalho de Pedro Henrique Pedreira Campos sobre os *Donos do Capital*, que trata das trajetórias das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro.

Afirmo aqui, senhoras e senhores, que tais estudos têm contribuído para romper, em certo sentido, com o argumento simplista de que o fenômeno da corrupção, por exemplo, é algo tipicamente estatal.

O Estado como reino dos vícios e o mercado como reino da eficiência são desmascarados por estas pesquisas. Nelas identificam como tradicionais famílias se apropriam do Estado e mantém relação direta com agentes do mercado. O que tem formado uma complexa rede de poder e riqueza que se articulam, buscando ampliar e/ou maximizar os interesses dos grupos familiares. E que, portanto, tem desafiado às análises e as investigações das Ciências Sociais brasileiras. Identificar, nesse sentido, os agentes, as famílias, as redes e conexões, nos permite dar nome/sobrenomes à classe dominante do nosso país.

Assim, repito mais uma vez, é interessante mapear as redes de atuação dos agentes e quais famílias históricas pertencem; Mapear quem atua no aparelho de Estado e os cargos que controla; mensurar o volume de capitais dos agentes e situá-lo na estrutura social. Isto permitirá compreender melhor as estratégias e dominação da classe dominante em nosso país, atribuindo nome e cor. Dando corpo a classe dominante.

Prezados,

Com este entendimento e esta perspectiva,

o Estado deixa de ser compreendido em sua versão substancializada, para não dizer apreendido metafisicamente, e passa a ser encarado como uma relação social, com corpo. E, nesse sentido, aqueles que possuem o maior *quantum de capital*, tende a ocupar os principais postos e cargos. São, também, os que ditam, na maioria das vezes, as regras do jogo. Daí que aqueles que financiaram as campanhas, também, ditam a construção de agendas voltadas para seus interesses no parlamento. Logo, a questão que se coloca é: como construir uma sociedade democrática e republicana quando se têm, na prática: 1) poucas famílias controlando os principais orçamentos públicos? 2) poucas famílias controlando o aparato midiático? 3) poucas e privilegiadas famílias, quase sempre atrelada a políticos, controlando e ditando as regras nos Tribunais de Contas?

Agentes que atuam em Tribunais de Contas, quase sempre, possuem parentes que mantém conexões com agentes do judiciário (Tribunais de Justiça), câmaras de vereador, assembleia legislativa, escritório de advocacia, empresas que atuam diversos ramos, faculdades particulares, entre outras instituições e instâncias de poder. Como não encarar a concentração de poder político e, por consequência, de riqueza como um problema para uma sociedade mais justa e democrática?

Tenho constatado que, com exceções de poucos estudos e de alguns pesquisadores, parte significativa das Ciências Sociais tem encarado a *família* como uma variável *importante*, para compreensão

do acúmulo de riqueza e poder. Por outro lado, observa-se como na realidade política contemporânea tem saltado aos olhos, como a *família* é central, em suas formas de classificação e reprodução, nas variadas esferas do mundo social.

O mapeamento das famílias históricas e das famílias mais ricas deste país, a meu ver, é um desafio à sociologia e as ciências sociais brasileira como um todo. Pensar as conexões, as redes produzidas por poucas e privilegiadas famílias, é lançar luz sobre o modo como à classe dominante atuou e tem atuado no país.

Eu pediria aqui licença a todos para trazer à memória do evento ocorrido no dia 17 de Abril de 2016, ou seja, o golpe *político-jurídico-parlamentar* ocorrido no Brasil.

Senhoras e senhores,

No dia 17 de Abril de 2016, por exemplo, “quando da aceitação pela admissibilidade do processo que se configurou golpe *político-jurídico-parlamentar* contra a presidente legítima Dilma Rousseff, por exemplo, muitos dos 367 votos a favor, são herdeiros daqueles que defenderam o regime ditatorial. E, mais ainda, (...) a genética dos que votaram a favor é praticamente a mesma dos que levaram Getúlio ao suicídio e Jango a ser deposto”. (MONTEIRO, 2016, p. 187)⁵.

Os argumentos que utilizaram estão no mesmo campo semântico dos que antecederam o regime militar: 1) *moralização da política*; 2) *fim da corrupção e amor à família*. Em sua maioria votaram em nome dos *filhos, netos, irmãos, pais*, em síntese, *em nome da família*.

Realizando uma leitura da farsa ocorrida em 17 de Abril, vê-se o quanto a “família” foi exaltada, por um lado; por outro, vê-se como as famílias históricas do poder de forma significativa tem percepções e orientam o agir a partir de interesses poucos republicanos. Há uma articulação entre dois tipos de capitais

⁵ Ver: O Livro “A Luta Continua: crônicas da resistência.” no qual escrevi uma crônica intitulada “Casa Grande e Senzala em tempos temerosos”.

que, a meu ver, tem estruturado o agir da classe dominante no Brasil, o capital econômico e *capital político-familiar*.

Os dados do TSE (2016) e, mais ainda, com as delações da Odebrecht (2017), junto à operação Lava Jato, e recentemente as confissões realizadas pelos herdeiros e donos da JBS, tornam-se claro a relação entre as históricas famílias do poder e as famílias do capital industrial e do capital financeiro. A forma como o Estado brasileiro é apropriado por poucos e privilegiados grupos. Nesse sentido, mapear estas famílias que atuam no parlamento, nos poderes executivos, nas secretarias dos estados e dos municípios, ministérios, tribunais de contas, tribunais de justiça, mídias, principais escritórios de advocacia, ministério público, faculdades particulares, nas principais empresas, dentre outras, é dar visibilidade e corpo ao que denominamos de classe dominante no Brasil.

O debate, portanto, sobre Classes Sociais pode ser explicado se entendermos quem controla quem está posicionado na fatia daqueles que se encontram nas principais instâncias de *poder e riqueza e aqueles que são possuidores de expressivos patrimônios e outras rendas advindas do capital*. Dados da Receita Federal, e do Instituto de Estudos Socioeconômicos INES, sobre o *Perfil da Desigualdade e da Injustiça Tributária com base nos declarantes do Imposto de Renda do Brasil (2007-2013)*, destaca que o sistema tributário brasileiro tem operado no sentido da maior concentração de renda no país.

Nesse sentido, os dados sinalizam, por exemplo, para a estrutura de concentração de renda no país. A perversidade exploratória que se dá pela concentração em poucos e privilegiados agentes e famílias. Conforme tem destacado Ricardo Oliveira (2016), os 0,05% mais rico é composto por banqueiros, midiocratas, grandes empresários, grandes proprietários rurais e urbanos, rentistas, servida e alimentada por agentes políticos, altos funcionários públicos, administradores, executivos e burocratas no sistema privado e agora, centralmente, no sistema judicial, por alguns tipos de magistrados, juízes, procuradores, jornalistas, comunicadores e marketeiros com altíssimas remunerações para operarem a ideologia dominante.

Com essa estrutura montada e arquitetada por meio de uma engenharia da classe dominante, que tem nas famílias históricas os privilégios materializados, as desigualdades decorrem, não sem dúvida, dos

processos que privilegiam a acumulação do capital e do poder, tida como natural e necessária, para perpetuar a reprodução de uma lógica perversa de desigualdades para a maioria da população e uma lógica de reprodução privilégios para poucos.

Assim, senhoras e senhores,

Finalizo afirmando que não é possível compreender os pobres sem compreender a engrenagem da dominação dos ricos. E compreender estes é investigar as famílias que concentram poder e riqueza em nosso país. Nesse sentido, os mecanismos do aparelho de Estado, sustentada pelo arcabouço jurídico e alicerçada pela mídia, tem servido para reforçar as dimensões ideológicas, e permitido o funcionamento e a reprodução dos privilégios em escala nacional. O Estado brasileiro é modelado de tal forma que a atividade do poder público – desde a elaboração das leis até a definição e execução das políticas públicas, é moldado para atender os interesses da classe dominante e só de forma residual os interesses coletivos da maioria.

Muito obrigado!